

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1125/XIII/3ª

PELA REJEIÇÃO DA ENTRADA DE PORTUGAL NA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Numa altura em que a política internacional e europeia está a radicalizar-se, as instituições europeias deveriam estar a trabalhar em medidas e programa de fomento do emprego com direitos ou na rápida execução de ajuda humanitária a todos e todas que chegam às fronteiras da Europa.

Mas, como sempre, as prioridades políticas que a União Europeia escolhe, conseguem ser surpreendentes pela falha rotunda no tema, mas já não são tão surpreendentes se analisarmos este projeto europeu de uma forma mais profunda.

Na verdade, o recente debate sobre a Cooperação Estruturada Permanente (CEP) decorre de outro problema mais antigo: os Tratados Europeus. Recordamos que o Tratado de Lisboa, nos seus artigos 42º, nº 6, e 46º, bem como no Protocolo 10, abre a porta à cooperação reforçada em matéria de Política Externa e de Segurança Comum. Ou seja, o Tratado de Lisboa abriu a porta para mais uma área de cooperação, a defesa, estando agora essa porta a ser escancarada por iniciativa de Alemanha, França, Itália e Espanha.

Assim, deu-se início à criação de um mecanismo de cooperação estruturada entre vários Estados Membros no âmbito de defesa, tendo sido adotada uma notificação a 13 de novembro, remetida à Comissão Europeia. Assinaram a notificação 23 Estados-

Membros; Portugal não foi um deles. Mas isso não significa que o governo português não tenha já decidido a sua entrada na CEP.

Tanto decidiu que, numa tentativa bastante atabalhoada, decidiu ser ouvido no parlamento português nessa matéria, apenas para poder dizer que apenas não aderiu à notificação por “escrúpulo democrático”. Isso não chega nem tem significado quando a decisão já está previamente tomada. O Bloco de Esquerda repudia este tipo de comportamentos, que em nada dignificam o exercício democrático no nosso país.

Importa, sobretudo, perceber o que está em causa com a Cooperação Estruturada Permanente.

Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda lembra que o Estado português já tem vários compromissos de integração em mecanismos militares conjuntos, seja no âmbito da NATO, seja nas equipas já existentes de operação conjuntas no âmbito da Política de Defesa e Segurança Comum, seja em operações na ONU. A via militarista sempre foi rejeitada pelo Bloco de Esquerda, a história tem vindo a demonstrar que a cimentação de política internacional à volta de impérios de cariz militar são sempre a pior opção.

Em segundo lugar, há que ter em conta que a notificação que o governo português pretende seguir a partir do dia 11 de dezembro implica, objetivamente, num futuro próximo que os Estados possam ter que adequar processos de decisão nacional aos processos em acordos europeus ou internacionais. Ou seja, está em causa uma possível alteração da legislação portuguesa em matéria de autorizações mais céleres de posicionamento de blocos ou forças militares. É uma intromissão nos ordenamentos jurídicos nacionais com a qual não concordamos e consideramos que terá consequências gravosas para o futuro dos vários Estados Membros.

Em terceiro lugar, a questão incontornável dos compromissos financeiros. Sobre esta matéria o governo português tem que clarificar a sua posição: o documento oficial da notificação da CEP indica, expressamente, a necessidade de aumento regular dos compromissos financeiros na área de defesa. Além disso, é impensável acreditar que os compromissos no âmbito da CEP a acrescentar ao compromisso existente com a NATO (atingir 2% do PIB em gastos com defesa) não terão um acréscimo dos encargos financeiros com esta área. Assim, cai por terra todo o argumentário até hoje utilizado

por parte do governo português sobre o facto de não existir esse aumento: é criar uma cortina de fumo que apenas pretende iludir sobre o que realmente está em causa.

O Bloco de Esquerda, analisando a documentação oficial, as intervenções públicas do Ministro da Defesa e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e as intervenções de alguns responsáveis europeus, considera que não há qualquer garantia que esteja conseguida, nem tão pouco pode concordar com a decisão já tomada pelo Governo de adesão à Cooperação Estruturada Permanente.

Este projeto europeu sempre esteve, na realidade, alicerçado em opções profundamente erradas para os interesses dos cidadãos e das cidadãs, e o aprofundamento das opções tomadas aquando da aprovação do Tratado de Lisboa apenas caminham para mais opressão sobre os povos, mais pressão sobre os Estados e os seus governos, menos consciência social, mais ataques austeritários, mais estrangulamento financeiro através da dívida.

Finalmente, a CEP representa um perigoso caminho de militarização da Europa que Portugal deve ativamente recusar. A primeira consequência da sua criação é o compromisso do desvio de investimento comunitário de áreas essenciais como a Coesão ou os Fundos Estruturais, para o colocar na indústria de armamento francesa, italiana e espanhola. O objetivo a prazo é a criação de um exército europeu, como forma de externalização militar da Alemanha que assim se quer afirmar como superpotência europeia.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que Portugal não integre a Cooperação Estruturada Permanente em matéria de defesa e segurança.

Assembleia da República, 22 de novembro de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,